

## ATA 65ª REUNIÃO DA CPA- COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO


1 Às dez horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis, no Anfiteatro da  
2 Reitoria, localizado no prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora,  
3 realizou-se a sexagésima quinta reunião ordinária da Comissão Própria de Avaliação  
4 (CPA), com a presença dos seguintes membros: o Presidente Marcelo Silva Silvério, os  
5 representantes da Administração Danilo Pereira Pinto e Michèle Cristina  
6 Resende Farage, a representante dos docentes Cláudia Nascimento Guaraldo Justi, a  
7 TAE da Diretoria de Avaliação Institucional, Ana Paula Figueiredo Guedes Delage, e o  
8 professor do Departamento de Estatística da UFJF, Augusto Carvalho de Souza, a  
9 convite da Diretoria de Avaliação Institucional. O Presidente iniciou a reunião  
10 confirmando que os presentes, ainda que sem o quórum mínimo, validavam o encontro,  
11 uma vez que a pauta tratava de assuntos sem deliberações. Seguiu-se para o primeiro  
12 assunto da pauta, Eleições da CPA/CSPA, declarando que o início do processo só  
13 poderá acontecer após a aprovação do regimento pelo CONSU, o que deve acontecer  
14 na próxima sexta-feira, dia 1º/07/2016. O Presidente disse estar preocupado por ser o  
15 último ponto de uma pauta extensa de discussões; caso não seja resolvido na própria  
16 sexta, deverá ser finalizado em outra reunião posterior. A partir da aprovação do  
17 Regimento, serão definidos os moldes das Eleições para a CPA 2016. Solicitou apoio  
18 dos presentes quanto a fazer um trabalho de divulgação com os representantes do  
19 Conselho Superior a fim de esclarecimentos e encaminhamento de um parecer positivo  
20 ao Regimento, sensibilizando-lhes para a importância da aprovação do documento.  
21 Frisou que, caso o documento não seja aceito, a CPA ficará novamente irregular; seria  
22 necessária nova portaria de prorrogação, o que não é desejável neste momento. O  
23 Presidente destacou que não houve solicitação do CONSU para esclarecimentos da  
24 CPA sobre o Regimento, por isso a importância de um trabalho efetivo dos membros  
25 para a formalização do regulamento. Disse que, após aprovação, nova reunião será  
26 convocada para composição eleitoral, devendo ser verificado se será mantida a  
27 comissão anteriormente formada, composta pela antiga TAE do setor, Letícia Sodré. O  
28 Presidente ressaltou, ainda, que não é possível para a CPA desenvolver seus trabalhos  
29 corretamente sem a aprovação do Regimento. Prof. Danilo sugeriu que, a partir da  
30 aprovação do regimento, já se inicie automaticamente o processo eleitoral. O  
31 Presidente colocou que a reunião a ser convocada iniciará esse processo e que, para  
32 isso, a profª Michèle, na qualidade de Diretora de Avaliação Institucional, e ele próprio  
33 devem verificar sobre a divulgação do processo e critérios da eleição para a CPA.  
34 Dando sequência à pauta, o Presidente elucidou sobre a implantação dos questionários  
35 de avaliação institucional, tanto dos cursos quanto o de autoavaliação, questionando à  
36 profª Michèle se havia enviado a última versão correta do questionário já elaborado  
37 pela CPA e solicitado pela Diretora anteriormente. Profª Michèle respondeu que as  
38 versões enviadas pelo Presidente e prof. Danilo eram parecidas. O Presidente sugeriu  
39 que, se necessário, utilize-se as atas das CPA para confirmação das decisões sobre o  
40 projeto. Profª Michèle assumiu a palavra explicando as duas frentes de avaliação – a  
41 avaliação acadêmica via Siga, ainda sem instrumento definitivo e o Questionário de  
42 auto avaliação, que foi elaborado pela CPA contendo 80 (oitenta) questões. Informou

ATA 65ª REUNIÃO DA CPA- COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

43 que, seguindo sugestão anterior do prof. Danilo, recorreu à coordenação do curso de  
44 Estatística, núcleo de pesquisa Design Lab (de levantamento de dados) e solicitou uma  
45 análise do questionário impresso atual. Profª Michèle destacou que, num primeiro  
46 momento, antes de se ater a esta análise, verificou a possibilidade de implantação do  
47 questionário virtualmente pelo Siga e a disponibilidade de dois bolsistas do GET –  
48 Engenharia Computacional para implementarem o instrumento de avaliação de curso  
49 pela plataforma Lime Survey, confirmando que o processo está relativamente  
50 encaminhado nos aspectos operacionais. Acrescentou que o Prof. Augusto, presente  
51 na reunião, e a coordenadora do curso de Estatística, profª Ângela Mello, estudaram o  
52 questionário e citaram ser interessante desenvolver um projeto-piloto, com base na  
53 obrigatoriedade de uso do formulário de coleta de dados existente, seguindo as regras  
54 e informações já relacionadas no PDI. Profª Michèle salientou que é preciso elaborar e  
55 formalizar o formulário eletrônico padrão e determinar os prazos de retorno das  
56 respostas o público envolvido, visto que o questionário não tem a mesma prioridade  
57 para as Unidades como tem para a CPA. Sugeriu manter o formulário de coleta de  
58 dados existente, mas dividi-lo por eixos, extraindo blocos para a pesquisa de opinião  
59 em vez de perguntá-lo todo de uma única vez, e também fazê-lo por amostragem, sem  
60 ter que aplicá-lo integralmente a todos, e sim solicitar respostas de as áreas afins ao  
61 avaliador. Declarou que haviam ocorrido somente duas conversas com a equipe do  
62 curso de Estatística, chegando à conclusão preliminar de que a definição por  
63 amostragem seria um recurso interessante no processo. Foi passada a palavra ao Prof.  
64 Augusto, o qual explicou que questionários muito grandes podem cansar a população e  
65 gerar respostas de má vontade, principalmente em pesquisas continuadas (que se  
66 repetem de tempos em tempos). Frisou a importância de se definir o público avaliador  
67 da pesquisa, e que optar por amostragem tem vantagens como eficiência, rapidez e  
68 diminuição do cansaço para com o instrumento. Evidenciou que a preocupação da  
69 Estatística em relação a questionários é o roteiro, definindo inicialmente os objetivos e  
70 o Plano Tabular, que norteia o resultado no qual a pesquisa pretende elucidar. Prof.  
71 Augusto destacou que voltar atrás de um questionário é impossível, por isso é preciso  
72 enxergar sua problemática e implementá-lo da forma mais enxuta possível. Repetiu o  
73 que a profª Michèle havia dito sobre a análise preliminar feita com a profª Ângela,  
74 chegando à conclusão de que o trabalho por amostragem é melhor para coletar as  
75 informações requeridas, pois em Estatística é fundamental priorizar o questionamento:  
76 *Qual a melhor forma de investigar isso?* Prof. Augusto finalizou, pontuando que essas  
77 colocações fazem parte da primeira impressão e que, de um modo geral, é necessário  
78 aprofundar em cima da proposta definida para o processo. Profª Michèle declarou a  
79 intenção em se definir, na pesquisa, o que é parte administrativa e o que é percepção  
80 acadêmica, sugerindo uma definição preliminar em blocos para, no final, trabalhar em  
81 cada quesito específico. Prof. Danilo disse achar que a aplicação por amostragem é um  
82 parâmetro factível para os relatórios anuais, ficando a avaliação trianual para o  
83 universo inteiro da UFJF; a primeira mais fechada e a última mais completa. Prof.  
84 Danilo frisou a importância de a pesquisa contemplar todos os indicadores, o que faz

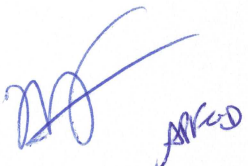
## ATA 65ª REUNIÃO DA CPA- COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

85 extensa de qualquer jeito. Profª Michèle indagou se a primeira parte do perfil não  
86 poderia ser preenchida automaticamente com dados já disponíveis no SIGA. Prof.  
87 Danilo respondeu que não poderia, para não haver identificação do avaliador. O  
88 Presidente lembrou que a CPA já falou sobre o assunto e que a Comissão não tem  
89 poder para quebrar o sigilo do SIGA, além de não ser interesse da Comissão saber  
90 quem respondeu, qual a sua origem ou outro dado pessoal. O Presidente destacou ser  
91 este o motivo pelo qual deve-se manter o questionário pessoal com respostas  
92 desvinculadas do Sistema existente. Profª Michèle questionou quem tem acesso ao  
93 sigilo do SIGA. Prof. Danilo reafirmou que o usuário, ao responder a pesquisa virtual,  
94 não pode se sentir constrangido ou invadido. Prof. Marcelo incluiu que, se o usuário  
95 não quiser se identificar, mesmo assim o preenchimento das perguntas é válido para a  
96 avaliação, mesmo que o relatório de dados fique prejudicado (por não haver dados  
97 completos), mas há a garantia da privacidade. Prof. Danilo destacou que a privacidade  
98 é extremamente importante, sendo este o fator complicador de desenvolver a pesquisa  
99 no espaço anteriormente disponibilizado para a CPA, local onde havia muitos alunos e  
100 bolsistas e o sigilo era comprometido. Disse também que o ambiente adequado para o  
101 desenvolvimento do projeto é fundamental para que o sigilo não seja comprometido. O  
102 Presidente ressaltou que a CPA não quer resposta individual. Prof. Augusto salientou a  
103 questão da confidencialidade, que, se for perdida, descredencia toda a pesquisa; disse  
104 que o órgão aplicador tem que ter acesso à informação, mas que deve haver um  
105 mecanismo que garanta o sigilo e evite identificações, embora existam casos em que  
106 pessoas com experiência em manipulação de dados consigam identificar o indivíduo.  
107 Por isso, a Estatística leva em consideração qual o melhor método/mecanismo de ter  
108 obter a informação, garantindo o sigilo requerido. Alertou que, se não for possível  
109 garantir o sigilo por resolução, é interessante estudar a viabilidade da pesquisa. O  
110 Presidente explicou que, para avaliação acadêmicas, não se pensou em resolução.  
111 Profª Cláudia questionou se não é viável automatizar o preenchimento de dados pelo  
112 SIGA, mas com o uso de um filtro para impedir a identificação do avaliador. Prof.  
113 Augusto respondeu que a técnica é possível, mas a disponibilidade dos dados existe e  
114 envolve questões éticas. O Presidente citou que a pesquisa teria que ser feita fora do  
115 SIGA para evitar vazamento de dados pessoais e, respondendo à questão  
116 anteriormente levantada pelo prof. Augusto, expôs que a CPA não precisa de  
117 autorização para definir formas de aplicação da pesquisa ou de desenvolvimento do  
118 trabalho por ser um órgão autônomo conforme lei vigente. O Presidente explicou que O  
119 CONSU foi envolvido no processo de avaliação de atividades acadêmicas para não  
120 haver grandes questionamentos; para a autoavaliação, a CPA não precisaria envolver  
121 o CONSU. Evidenciou que a nova gestão da CPA pode entender e executar os planos  
122 de outra forma, face a esta independência. Prof. Augusto levantou a questão sobre  
123 erros no sistema, que podem requisitar acertos e acessos; daí a necessidade de  
124 prevenções legais do sigilo. Prof. Danilo disse ser possível para o CGCO verificar no  
125 SIGA se há problemas nos dados e acertá-los sem que a CPA nem tenha  
126 conhecimento desses dados. Reforçou que a Comissão, por ser composta por alunos e

  
APKCP

## ATA 65ª REUNIÃO DA CPA- COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

127 ter um trabalho público, possui alto grau de confiabilidade, mas que, mesmo assim, o  
128 SIGA teria poucas informações a oferecer ao questionário e, por isso, acreditava que  
129 não valia o risco de utilizá-lo. Prof. Augusto falou sobre a importância de se  
130 disponibilizar a tabela geral de dados, com as respostas individuais sem a identificação  
131 do avaliador. O Presidente completou que a intenção é divulgar a maior parte possível  
132 de dados. Prof. Danilo destacou que a CPA tem ciência de que 90% da UFJF não vai  
133 ter interesse nesses dados, mas que os que quiserem utilizá-los os terão disponíveis. O  
134 presidente reforçou a importância da divulgação da avaliação, que deve ser feita pela  
135 CPA e pela Diretoria de Avaliação Institucional, braço institucional da Comissão. Prof.  
136 Danilo frisou a extrema importância de a comunidade confirmar o processo. O  
137 Presidente retornou o argumento de que a CPA não tem preocupação com a origem, e  
138 sim onde o indivíduo está, quando se trata do questionário de auto avaliação da  
139 Universidade, afirmando que este dado pode influenciar no questionário de atividades  
140 acadêmicas, expondo que, talvez, o quesito cor/raça tenha que ser tirado do  
141 questionário. Profª Michèle citou que, na Engenharia Elétrica, por exemplo, há poucas  
142 mulheres e que os dados podem ser identificados por conta desse número restrito. O  
143 Presidente também lembrou que há Unidades com poucos negros, mas a raça é um  
144 dado importante e elogiou o questionário atual elaborado pelo prof. Danilo e sua  
145 equipe, que contava com pessoas de Ciências Sociais e elaborou o formulário em cima  
146 dos indicadores previstos no INEP, de abrangência nacional. A forma de perguntar é  
147 que necessitava de ajuda da Estatística, o que foi requisitado à época. Prof. Augusto  
148 indagou se, de todos os quesitos, nenhum pode ser obtido administrativamente. O  
149 Presidente respondeu que, nos últimos anos, os registros administrativos foram  
150 utilizados, mas por sempre destacar bons resultados, poderia ser tendencioso. Para a  
151 CPA, é importante saber se a comunidade está recebendo como bons resultados as  
152 ações da UFJF. O Presidente concordou em fazer um pré-teste, estabelecendo o foco  
153 em um dos eixos, com no máximo 15 perguntas, sugerindo que a CPA faça a  
154 divulgação sobre o novo método e, a partir do resultado desta primeira tentativa, avaliar  
155 a adesão da comunidade e direcionar as decisões para a aplicação efetiva do  
156 questionário. Prof. Augusto solicitou outro esclarecimento com relação ao questionário  
157 trienal, se haveria a probabilidade do questionário trienal ser menos extenso mais  
158 focado no essencial, "enxugá-lo". Prof. Danilo evidenciou os pontos dos relatórios anual  
159 e trienal, afirmando que se as respostas anuais são positivas nos 2 (dois) anos do  
160 relatório anual, no trienal esta pergunta não precisará ser feita, pois considera-se que  
161 será positiva também. Dessa forma, poderia-se priorizar no questionário universal só  
162 aquilo que é substancial e fruto de inconsistências anteriores. Profª Michèle destacou  
163 que esta é uma forma de evidenciar o que está ruim, ainda que não seja aplicado a  
164 todos os questionários menores. O Presidente concordou, reforçando a proposta de se  
165 fazer, a cada ano, uma avaliação parcial focada em algo. Prof. Augusto concluiu que,  
166 se no questionário trienal a ideia é ver o problema, no anual é especificar qual é o  
167 problema. Profª Michèle assentiu e disse que é interessante utilizar o instrumento já  
168 existente para este primeiro momento, intencionando já ter o plano de ação para



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "APR 20" or similar.

## ATA 65ª REUNIÃO DA CPA- COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO


169 implementação dessa aplicação na próxima reunião da CPA. E ainda, apresentar a  
170 proposta de sensibilização da comunidade, destacando que a administração superior  
171 está aberta para apoiar o processo, inclusive porque, em reuniões externas, já estão  
172 sendo informados sobre a tendência atual de as verbas serem disponibilizadas de  
173 acordo com os resultados de avaliações institucionais. O presidente acrescentou que a  
174 reorganização das antigas 10 dimensões reorganizadas em cinco eixos, em 2012,  
175 demonstra essa importância crescente do assunto, que passou a ser o eixo 1. Analisou  
176 ainda que, a curto prazo, não será uma forma de a administração usar os recursos  
177 baseados nas requisições da comunidade, mas este é o cerne da gestão democrática.  
178 Prof. Danilo lembrou que, atualmente, nos fóruns institucionais o foco é na na questão  
179 *Qual a ação em cima da avaliação?*, considerando que o relatório administrativo já  
180 existe, o que falta é saber como as ações desenvolvidas chegam a ser percebidas pela  
181 parte humana da universidade. Prof. Augusto retornou o assunto para o questionário,  
182 destacando que é ótimo para o mecanismo ser aplicado de forma livre e independente,  
183 mas avisou que a CPA precisa ter cuidado para manter a credibilidade nas decisões,  
184 pois xxx. O Presidente contou que, na UFJF, a CPA é eleita e, por isso, desenvolveu-  
185 se uma boa aceitação; esta foi uma evolução, pois os membros anteriormente eram  
186 indicados, mas o interesse foi crescendo nas últimas eleições e a preocupação agora é  
187 que ele não reduza. Profª Claudia confessou que, antes de ser indicada pela  
188 administração, nem conhecia a Comissão e sua importância. O Presidente declarou o  
189 desejo que esta gestão teve de levar à frente o processo institucional, conferir  
190 regulamentos e instrumentos pra serem implementados, além da continuidade de  
191 projetos iniciados na última Comissão. Comentou que a CPA atual não verá resultados  
192 agora, mas estes virão nas próximas gestões, e que enfrentaram dúvidas e resistência  
193 em aprovar o processo de avaliação acadêmicas no Consu. Dirigiu-se à profª Michèle e  
194 solicitou, para a próxima reunião da CPA, a proposta de planejamento da aplicação dos  
195 questionários e o que será necessário implementar, para verificar a necessidade de  
196 quórum deliberativo na reunião e o que deverá ser deliberado, se houver. Profª Michèle  
197 assentiu e disse estar feliz pela consideração da nova terminologia usada para a  
198 proposta, que é chamada de plano e projeto, considerado o instrumento atual como  
199 não finalizado, mas em processo de adaptação. O Prof. Marcelo relembrou a história  
200 da CPA, que iniciou-se em 2011 e, em aproximadamente 6 (seis) anos, conseguiu  
201 progredir. Compartilhou que novamente a administração superior está sensível em  
202 apoiar a comissão, o que é muito importante para a implementação do instrumento, já  
203 que precisarão de sala, equipamentos e pessoal. Prof. Augusto pediu para se retirar,  
204 colocando-se à disposição para o trabalho, agradecendo também pela oportunidade de  
205 participar da reunião. Os membros da CPA o convidam para a próxima reunião. A  
206 seguir, profª Michèle tomou a palavra e passou para o terceiro ponto da reunião,  
207 Assuntos gerais, relatando o que houve no processo de normas de avaliação  
208 acadêmica, votado em 7 de abril de 2015. Ela relatou que, quando assumiu a Diretoria,  
209 enviou por email a todos os diretores de Unidade e à pró-reitora Maria Carmem a  
210 resolução 13/2015. Depois disso, recebeu retorno de um dos conselheiros dizendo que



APL

## ATA 65ª REUNIÃO DA CPA- COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

211 as normas enviadas não estavam corretas, afirmando que não foi este o documento  
212 que havia sido aprovado em assembleia. Ela decidiu verificar a ata da reunião do  
213 CONSU e detectou que estava registrado o veto dos incisos I e II do art. 7º, mas que  
214 isso não estava descrito das normas. Para sanar a dúvida, solicitou e ouviu a gravação  
215 da reunião, comprovando a alteração do projeto inicial com o veto dos incisos II e III,  
216 concluindo que a ata estava redigida errada. Observou, contudo, que as normas  
217 publicadas estavam já com a correção solicitada. Profª Michèle continuou o relato  
218 citando que a conselheira da Faculdade do Serviço Social, professora Cristina,  
219 encaminhou o processo com um questionamento ao Gabinete, e o mesmo foi  
220 repassado à Diretoria de Avaliação Institucional. Com o processo em mãos, disse ter  
221 encontrado, no parecer final da reunião, a declaração de que o projeto havia sido  
222 aprovado por unanimidade, o que estava incorreto, devido às alterações solicitadas no  
223 arquivo original. Profª Michèle concluiu informando que redigiu a resposta do  
224 questionamento evidenciando os dois problemas: a redação incorreta da ata do Consu  
225 e o processo não fazer referência à alteração do projeto inicial, que foi o veto aos dois  
226 incisos. O ofício-resposta foi apresentado aos presentes. Prof. Danilo ressaltou que é  
227 fundamental solicitar ao Consu a retificação da ata e do processo na próxima reunião.  
228 O Presidente citou o que ocorreu na assembleia para a votação do processo em  
229 questão, pois era um dos participantes; revelou que a resolução, por pouco, não foi  
230 aprovada. Profª Michèle evidenciou, ainda, que consta na ata a aprovação das normas  
231 com ressalvas, citando ser necessário retornar o processo para novas discussões,  
232 ação que é incoerente com a aprovação do termo. Prof. Danilo ressaltou que APES e o  
233 sindicato sempre foram contra a avaliação; em consultas anteriores nem sequer  
234 participaram. Profª Michèle destacou que o novo presidente da APES mostrou  
235 interesse e os documentos de avaliação propostos pelo ANDES e outros organismos  
236 afins. Disse ainda que, ao ouvir a gravação da reunião, percebeu cautela dos  
237 professores que estavam presentes, pois muitos citaram a avaliação como um  
238 mecanismo de assédio moral. Prof. Danilo ressaltou que o Congrad deveria ter aberto  
239 espaço para esta discussão, que precisaram levar ao CONSU e, no final, receberam  
240 como orientação que o assunto era mesmo para ser tratado na Congrad. O Presidente  
241 alertou que, quando anunciarem o questionário virtual de avaliações, provavelmente  
242 haverá novos questionamentos. Profª Michèle concordou, afirmando que, por isso, o  
243 instrumento terá que ser bem estruturado. O Presidente disse que, inicialmente, ficou  
244 decidido que só o próprio professor terá acesso às respostas e que, no futuro, o  
245 conteúdo deve ser aberto para outras frentes, entretanto isso ocorrerá com o próprio  
246 amadurecimento e divulgação do mecanismo. Prof. Danilo exemplificou com situações  
247 de outras instituições, como a do Rio Grande do Norte. Para finalizar, o Presidente  
248 citou a substituição do conselheiro representante do Colégio de Aplicação João XXIII,  
249 solicitado na semana passada, e questionou se o mesmo havia sido convocado para a  
250 reunião. A TAE Ana Paula informou que a convocação foi realizada utilizando lista de  
251 e-mails anterior, uma vez que não possuía ainda os dados para contato com o novo  
252 conselheiro, mas se comprometeu a consegui-los e encaminhar ao Presidente para



APES

**ATA 65ª REUNIÃO DA CPA- COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

253 comunicações posteriores. Nada mais havendo, o Presidente encerrou a reunião. Eu,  
254 Ana Paula Figueiredo Guedes Delage, redigi esta ata que é por mim assinada e pelos  
255 demais presentes. Juiz de Fora, 29 de junho de 2016.

256

257 Ata aprovada na reunião do dia \_\_\_/\_\_\_/2016.

258

259

260 Ana Paula Figueiredo Guedes Delage 

261

262 Cláudia Nascimento Guaraldo Justi 

263

264 Danilo Pereira Pinto

265

266 Marcelo Silva Silvério

267

268 Michèle Cristina Resende Farage 